

Manifestações antidemocráticas durante a pandemia: um olhar sobre o discurso do Jornal Nacional¹

Anti-democratic demonstrations during the pandemic: a look at Jornal Nacional's speech

Marya Edwarda Souza Lapenda²
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
dwdalapenda@gmail.com

Heitor Costa Lima da Rocha³
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
hclrocha@gmail.com

RESUMO: Este artigo é um recorte de uma das análises feitas em uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Trazemos aqui a análise dos enquadramentos dados pelo Jornal Nacional ao fenômeno das manifestações antidemocráticas, durante o período mais crítico da pandemia. O fenômeno levantou questões controversas sobre o governo Bolsonaro por causa das manifestações de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Reivindicamos, a partir da perspectiva construtivista do jornalismo, a necessidade do jornalismo se posicionar diante de situações de crise da democracia e risco para as instituições do Estado de Direito. Com isso, discutimos também a falácia da objetividade jornalística e, através da Análise Crítica do Discurso (ACD), identificamos o posicionamento do telejornal. Para além da ACD, o artigo fundamenta-se, mais precisamente, nas formulações de Bakhtin (Análise Dialógica do Discurso) e em Jaqueline Authier-Revuz, acerca das heterogeneidades do discurso.

Palavras-chave: Telejornalismo; Manifestações bolsonaristas; Atos antidemocráticos.

ABSTRACT: This article is an excerpt from one of the analyses carried out in a master's dissertation defended in the Postgraduate Program of the Federal University of Pernambuco. Here, we present an analysis of the framing given by Jornal Nacional to the phenomenon of anti-democratic demonstrations during the most critical period of the pandemic. The phenomenon raised controversial questions about the Bolsonaro government due to the demands for the closure of the National Congress and the Supreme Federal Court. From the constructivist perspective of journalism, we demand the need for journalism to take a position in

¹ Este artigo é um recorte de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco em 2023.

Referência da dissertação: LAPENDA, Marya Edwarda Souza. Manifestações antidemocráticas durante a pandemia: Uma análise crítica dos discursos do Jornal Nacional e do Jornal da Record. 150f. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023.

² Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE).

³ Professor no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE).

situations of crisis of democracy and risk to the institutions of the Rule of Law. With this, we also discuss the fallacy of journalistic objectivity and, through Critical Discourse Analysis (CDA), we identify the positioning of the newscast. In addition to CDA, the article is based, more precisely, on the formulations of Bakhtin (Dialogic Discourse Analysis) and Jaqueline Authier-Revuz, regarding the heterogeneities of discourse.

Keywords: Television journalism; Bolsonaro demonstrations; Undemocratic acts.

Introdução

As manifestações ocorridas em 2020 aconteceram em um contexto de agravamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. O primeiro caso de covid registrado e confirmado foi no dia 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo. Menos de um mês após esse momento, teve início uma quarentena em todo o país, tornando obrigatório o isolamento social a fim de controlar a proliferação da doença. Uma série de manifestações começou a tomar conta das ruas – a favor e contra o governo do presidente Jair Bolsonaro, que se mostrou contrário às medidas de isolamento social, ensejando uma onda contrária ao movimento “Fique em Casa”. No dia 27 de fevereiro, um dia após a confirmação do primeiro caso, as primeiras manifestações de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro já tomaram as ruas de Salvador, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

As manifestações daquele ano começaram a aparecer na cobertura dos telejornais analisados no dia 16 de março, um dia após os atos que aconteceram no dia 15 de março, convocado pelo próprio presidente, que compareceu aos eventos. Essas manifestações ocorreram aos domingos entre março e junho daquele ano e tinham como reivindicações a intervenção militar, o fechamento do Congresso Nacional e o fechamento do Supremo Tribunal Federal. Também estavam em pauta as críticas às medidas de isolamento social, as quais colocavam em embate os governadores e o Presidente da República, e, portanto, os atos faziam parte de um contexto de acirramento da disputa entre os três poderes no Brasil.

No dia 15 de abril de 2020, o STF decide que os governos estaduais e municipais têm poder para estabelecer suas regras de isolamento e quarentena. Quatro dias depois da decisão, em 19 de abril, manifestantes tomaram novamente as ruas e Bolsonaro compareceu às manifestações, que além de pedirem o fim do isolamento social também continham pedidos de intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF. Dois dias após o episódio, no dia 21 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes determinou a abertura de um inquérito para apurar a organização dos atos antidemocráticos no país.

As tensões passaram a ser percebidas na postura editorial que o JN assumiu durante a pandemia em relação ao governo, o que gerou diversas críticas dos apoiadores do presidente, acusando a emissora de não ser imparcial e, principalmente, levantando a discussão sobre a objetividade jornalística. Uma das reflexões que nossa pesquisa se propõe a fazer é sobre a permissão ou não de o jornalismo assumir posturas críticas e parciais diante de situações de crise, que exigem uma tomada de posição por parte das instituições democráticas. Tendo em vista esse cenário, a presente pesquisa buscou refletir sobre o papel que o jornalismo

desempenha numa sociedade democrática em um contexto de desestabilização das bases da democracia.

Essas manifestações levantaram questões controversas e questionadoras do governo por causa das reivindicações de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. As reportagens analisadas, de 2020 e 2021, permitiram identificar de que forma os enquadramentos utilizados pelo JN contribuíram com a criminalização das manifestações, taxadas como ‘antidemocráticas’. Portanto, a nossa pesquisa se debruçou sobre a discussão do papel que o jornalismo deve assumir no contexto de uma sociedade democrática e como, ao cumprir esta função, pode entrar em conflito com a pretensa, e também “insidiosa” (Schudson, 2010) objetividade que os veículos de mídia defendem de forma intransigível.

Para compor o corpus da pesquisa, foram selecionadas reportagens veiculadas entre os dias 15 de março de 2020 – data que marca a evidência dessas manifestações a nível nacional – até o dia 7 de setembro de 2021 – único registro que encontramos dessas manifestações neste ano. O material que compõe o corpus foi encontrado no site Globoplay, onde a TV Globo arquiva todas as reportagens veiculadas nos programas da emissora, e também no canal de YouTube da TV Record. Compõem o corpus os seguintes formatos do telejornalismo: chamada, cabeça, VT, nota-coberta, nota seca, sonoras, nota-pé e comentários.

A perspectiva positivista da objetividade vs. o construtivismo

Podemos iniciar a reflexão sobre o significado da objetividade jornalística trazendo a contribuição de Mikhail Bakhtin e sua filosofia da linguagem. A sua teoria marxista da criação ideológica postula que qualquer produção simbólica reflete uma realidade que é exterior a ela. O significado das palavras, dos pensamentos, dos símbolos e dos signos não estão neles mesmos, mas na realidade social, que é construída por todos. Com isso, o jornalista sempre participa do processo de construção dos fatos, por meio da linguagem, que é, ela própria, fruto de uma construção social/ideológica, conforme aponta o filósofo russo Mikhail Bakhtin (2006). É por meio da linguagem e dos signos que o jornalista constrói a realidade, e a linguagem e os signos são ideológicos por natureza. A palavra é, para Bakhtin, o indicador das transformações sociais, registrando fases transitórias, mudanças sociais, sendo a manifestação material da ideologia.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), o autor russo explica que o signo pode distorcer a realidade, ser fiel a ela ou aprendê-la de um ponto de vista específico.

Também todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica e podem ser tidos como verdadeiro, falso, justificado, injustificado, bom ou mau. Essa ideia leva-nos a concluir que, portanto, os signos e, assim, os significados das coisas do mundo e as interpretações que damos a elas, são estabelecidos numa base consensual. Se todos (digo a maioria, tendo em vista que o consenso implica sempre uma margem de dissenso minoritária) de uma determinada comunidade, que vive em determinado período histórico e em determinadas condições culturais, materiais e sociais, concordam com determinados valores e ideias, essas serão aquelas consideradas consensualmente verdadeiras.

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (Bakhtin, 2006, p. 44).

O pensamento de Bakhtin também nos ajuda a perceber a impossibilidade de o jornalista separar aquilo que é ideológico daquilo considerado a verdade pura e transcendental. Isso porque não existe compreensão que não esteja contaminada pelo material ideológico, não havendo uma consciência anterior à criação ideológica. Tanto o idealismo como o psicologismo, conforme ele aponta, resultam no erro de transformar o estudo das ideologias no estudo das consciências. No idealismo, a consciência é tudo, e está acima da existência orientando a criação ideológica. No positivismo, ela não é nada além de reações psicofisiológicas que, miraculosamente, resultam na criação ideológica. Nessas perspectivas, existe uma consciência anterior à ideologia e, portanto, a objetividade é uma possibilidade e depende da vontade do indivíduo.

O pragmatismo de Charles Sanders Peirce também nos ajuda na reflexão sobre a objetividade. Peirce, de acordo com Gradim (2011), afirma que a realidade – aquilo que é considerado real e verdadeiro no mundo externo – pode ser independente do pensamento de um indivíduo particular, mas não do pensamento em geral. Com isso, o linguista afirma a perspectiva segundo a qual não existe uma realidade independente do sujeito discursivo, se contrapondo à perspectiva do positivismo, que pressupõe o “fato” como a própria realidade. Peirce acredita que a verdade é coincidente com a “opinião final” da comunidade de comunicação e, portanto, toda verdade nada mais é que um consenso estabelecido intersubjetivamente. Sendo assim, a verdade absoluta, pura, definitiva e exterior ao sujeito não existe, mas apenas acordos sobre uma verdade negociada intersubjetivamente, sempre de

forma instável e provisória, pelas pessoas que compõem a comunidade de comunicação, de acordo com a teoria consensual da verdade do paradigma construtivista.

Consequência imediata desta visão do real é que este não é causa, mas produto, da atividade mental humana. Peirce conclui que o que se conhece é, e o que é é tudo aquilo que há. Sendo o real o cognoscível, e nada existindo para além disso, então é possível conhecer as coisas tal como são e firmar esse conhecimento na opinião final que expressa o acordo da comunidade, afastando desde logo o “nominalismo” kantiano e a “má metafísica” de que Peirce o acusa (Gradim, 2011, p. 89).

A pragmática de Peirce, ao se debruçar sobre a noção de signo, postulou que o signo é uma representação de um objeto, mas que o apreende não sob todos os aspectos, mas sob algumas de suas características, não se constituindo como uma imagem ou cópia da realidade. Todo conhecimento é mediado por signos e, portanto, não existe conhecimento que não seja uma interpretação. Gradim (2011) reforça como o trabalho de Peirce serve à concepção de que a comunicação e a comunicabilidade são dimensões constitutivas do próprio signo e, portanto, de toda realidade semiótica.

Todo o universo discursivo, que estabelece as representações da realidade, aquilo que é tido como verdadeiro e falso, como moralmente aceitável ou reprovável, como bom ou ruim, é resultado de um processo dialógico de comunicação. Através de inferências, por meio da atividade racional de observação e confrontação com a experiência, se chega a uma “opinião final”, ou à fixação de uma crença que mereça ser reconhecida como verdadeira.

O jornalismo parte dessa realidade já produzida e construída discursivamente e ajuda, também, a sedimentar as interpretações dominantes na sociedade. A objetividade é uma falácia que desautoriza o jornalista e pretende firmar uma pretensa “credibilidade” à atividade jornalística vinculada ao falso pressuposto de que se posicionar é algo negativo. A objetividade seria, assim, uma prioridade aos objetos externos ao pensamento do sujeito, conforme enfatizou Gaye Tuchman (2016) citado por Traquina (2004).

Os meios de comunicação tornam os acontecimentos dotados de significado, relacionando-os a “mapas de significado” que fazem parte do nosso conhecimento socialmente compartilhado. Se por um lado a objetividade idealizada, como conhecimento perfeito sobre a realidade que se impõe a toda mediação cognitiva, não é possível, por outro lado, a sua reivindicação pode esconder a interferência dos interesses empresariais na produção noticiosa, e disfarça, conforme denuncia Warren Breed (2016), a onipresença de uma orientação política na empresa jornalística, que transgride, muitas vezes, normas éticas do jornalismo.

Portanto, enquanto um valor que integra a ideologia do profissionalismo jornalístico, muitas vezes a reivindicação da objetividade impede o jornalismo de se posicionar criticamente, levantando conflitos entre os jornalistas e o público, por um lado, e os dirigentes das organizações, por outro. Isso porque o ideal de serviço público cujo objetivo é fornecer ferramentas (informações qualificadas) e opiniões para o público melhor conhecer e decidir sobre questões da sociedade entra em choque com os intuitos corporativos ideológicos e mercadológicos da empresa e, assim, com sua política editorial. A teoria organizacional aponta que as possíveis tensões entre os ideais jornalísticos e linha editorial de uma organização serão ofuscadas dentro da própria empresa por meio desses mesmos ideais – “as normas éticas”, segundo Breed – e também do fazer jornalístico – as “normas técnicas”. Breed explica que as edições, omissões, escolhas do que vai ser publicado e/ou serão instrumentos essenciais para a consolidação da política da empresa e, para o publisher, elas funcionam perfeitamente para mascarar a política de sua empresa que não pode ser revelada (Traquina, 2004).

Segundo Breed (apud Traquina, 2004), a política de uma empresa pode ser definida como a orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não apenas no seu editorial, mas também nas suas crônicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos selecionados, envolvendo um processo de omissão, seleção diferenciada ou colocação preferencial, tal como destaque de um item favorável à orientação política do jornal ou mesmo exclusão de um item desfavorável. A ideologia epistêmica positivista da objetividade (Piaget; Garcia, 2011), portanto, contribui para um enquadramento noticioso monológico, estabelecendo a interpretação de mundo dos grupos dominantes como sendo a própria realidade, censurando a autonomia dos jornalistas de contemplar a diversidade de versões significativas existente na sociedade e, inclusive, o seu direito de opinar para oferecer à avaliação do público informações qualificadas, o que resulta no desempoderamento não só do jornalista, mas também dos cidadãos de uma maneira geral (Rocha, 2021). Na perspectiva positivista da objetividade, como observa Robert Park (apud Traquina, 2004), o jornalismo é reprimido no seu papel de apurar, investigar, interpretar e questionar os valores morais e éticos vigentes na sociedade.

Não cumpre, portanto, sua função de instrumento a favor da discussão pública e prejudica o funcionamento da sociedade em moldes democráticos, na qual o debate de ideias divergentes deve prevalecer. Em contraposição à teoria da correspondência entre representação e realidade do paradigma positivista, a teoria consensual da verdade concebida pela filosofia pragmática e caracterizadora do paradigma construtivista pressupõe uma

negociação das interpretações de mundo para um estabelecimento de um consenso coletivo (não mais aferido metafisicamente pela consciência do sujeito transcendental, mas exclusivamente pela autoridade epistêmica de legitimação dos significados pelo consenso da comunidade de comunicação). Isso se torna especialmente importante quando pensamos no campo político em contextos democráticos, em que as decisões não podem ser impostas de forma vertical, mas tomadas após uma deliberação horizontal e coletiva (idealmente):

No caso do paradigma construtivista, a teoria consensual da verdade pressupõe a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social. Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis (Rocha; Gradim, 2020, p. 99).

Enquanto mediador da discussão pública, o jornalista não nega sua própria subjetividade e expande as possibilidades de enquadramentos interpretativos. A noção de enquadramentos também é contrária à defesa da objetividade, já que pressupõe que os jornalistas participam do processo de construção social da realidade. Muitas vezes, esses enquadramentos são definidos com certa independência em relação aos relatos dos jornalistas, se constituindo em padrões de interpretação estabelecidos pelas fontes noticiosas.

As fontes opinam sobre temas, eventos políticos, definem problemas, causas e responsabilidades sobre os assuntos. No entanto, os jornalistas também contribuem com seus próprios enquadramentos interpretativos, quando assumem explicitamente uma posição crítica diante da realidade, emitindo juízos de valor de forma evidente, contrariando a premissa da objetividade que pretende retratar o jornalismo como uma atividade neutra e que deve omitir ou disfarçar qualquer julgamento particular. É comum, no entanto, que as interpretações de atores sociais diversos (como representantes do governo, de partidos, movimentos sociais, sindicatos e entidades profissionais) sejam adotadas pela mídia. Conforme enfatiza Luis Felipe Miguel (2017), a escolha das fontes é resultado de uma compreensão compartilhada pelos jornalistas e das rotinas naturalizadas do trabalho jornalístico.

A escolha das fontes reforça o poder de influência dos chamados *primary definers*, como descreve Stuart Hall (apud Traquina, 2004), ao afirmar que a mídia tende a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade. Os atores que possuem posições institucionalizadas privilegiadas possuem um acesso amplo aos meios de comunicação e, portanto, são os "definidores primários" das notícias. São porta-vozes do poder estabelecido e considerados mais autorizados e especializados em determinados assuntos do que a maioria da população. As fontes oficiais, portanto, possuem poder de definir a interpretação primária do tópico tratado, comandando a ação subsequente ao tratamento do tema e norteados os futuros debates sobre o assunto.

Michael Schudson (apud Traquina, 2004) acredita que a concepção da objetividade sem autocritica faz o jornalista recair na armadilha de uma certa parcialidade, exatamente, "parcialidade mais insidiosa". A mídia privilegia as fontes oficiais, ao adotarem uma postura pretensamente "imparcial", aceitando a interpretação da classe hegemônica como se fosse o "fato" em si mesmo e a própria realidade. A escolha de fontes de "credibilidade" atestada, com "autoridade" para falar, também reforça o privilégio das elites através dessas versões oficiais. Portanto, as regras de neutralidade impostas ao trabalho jornalístico funcionam também para orientar poderosamente os media nas "definições da realidade social", que as suas "fontes acreditadas" – os "porta-vozes" institucionais – produzem:

Os media, então, não se limitam a "criar" as notícias nem se limitam a transmitir a ideologia da "classe dirigente" num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os media não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos, mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como "fontes acreditadas". Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os media colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers* (Hall et al., 2016, p. 317).

A escolha dos definidores pode ser contextualizada na ideologia do profissionalismo jornalístico, detalhada por John Soloski (apud Traquina, 2004), como um método econômico através do qual as organizações controlam o comportamento dos repórteres e editores. Para isso, são desenvolvidas regras, as chamadas políticas editoriais, que limitam a tomada de posição dos jornalistas e, portanto, a possibilidade de atuação de um jornalismo crítico. Por isso, a ideologia do profissionalismo tenta encaixar a atividade jornalística num rol de profissões, assim como o direito e a medicina, estabelecendo diretrizes gerais para classificar

o que é considerado certo ou errado na prática jornalística, separando um “bom jornalismo” do “mau jornalismo”.

A ideologia do profissionalismo pressupõe, portanto, que um conjunto de conhecimentos seja compartilhado por todos os profissionais e que o público aceite a autoridade daqueles profissionais em fornecer aqueles serviços. A objetividade, nesse sentido, é uma estratégia para lidar com a complexidade do trabalho nas organizações e tenta eximir a responsabilidade do jornalista de dar explicações sobre o significado político dos acontecimentos. As fontes se tornam, portanto, as responsáveis pela interpretação do mundo, pela explicação dos fatos, assumindo a tarefa de definir a realidade. Não existe necessariamente, para Soloski (apud Traquina, 2004), uma perspectiva ideológica conscientemente compartilhada entre os jornalistas, que o fazem agir de forma intencional ao privilegiar determinada perspectiva. Não se pretende negar, contudo, as intenções políticas que orientam a produção noticiosa, muitas vezes condicionadas a acordos e desacordos políticos dos donos da organização e da classe dos detentores do grande capital à qual pertencem. Contudo, é necessário reconhecer que muitas vezes a defesa do status quo é feita indiretamente, através da seleção de fontes consideradas “capacitadas”, escolhidas de acordo com “critérios jornalísticos”, vinculados à ideologia do profissionalismo.

Jornalismo, intersubjetividade e defesa da democracia

Queremos propor o conceito de intersubjetividade como uma alternativa teórica para pensarmos a atividade jornalística, a partir de uma perspectiva construtivista. As trocas intersubjetivas que se dão dentro da comunidade de comunicação estabelecem os consensos morais e políticos da sociedade. A perspectiva construtivista ajuda a compreender a verdade como um acordo entre as partes. Jürgen Habermas (2002), em *A Inclusão do Outro*, explica como as normas sociais que coordenam a ação dos indivíduos numa sociedade são fundamentadas racionalmente a fim de que sejam aceitas consensualmente pela maioria. Aquilo que se considera bom ou ruim, justo ou injusto, certo ou errado, em suma, os acordos morais são resultado de uma disputa no campo simbólico, da comunicação, passível sempre de atualização e revisão. Habermas (2002) parte da percepção cognitivista, segundo a qual a validade das manifestações morais tem respaldo na sua aceitação racional. Assim, conforme explica o filósofo alemão Ernst Tugendhat citado por Habermas, as comunidades morais são constituídas pelas consciências de indivíduos que se sentem vinculados a regras morais

Apesar dos sujeitos possuírem certa autonomia de fazer parte dessa comunidade, busca-se sempre um consenso, o que não significa que as bases de validação desse consenso não sejam questionadas. Existe um processo de questionamento das normas estabelecidas e isso faz parte do jogo comunicativo. Habermas (2002) afirma que ninguém tem mais autoridade do que o outro no jogo de linguagem moral, e, portanto, as práticas comunicativas servem para reafirmar as expectativas sociais ou mesmo romper com elas. A intersubjetividade passa a ocupar o lugar da prescrição transcendente – em substituição à ideia de que “É assim porque é!”, passa a valer a ideia de que “É assim porque todos concordam que seja!”. As afirmativas morais possuem, portanto, pretensões de validade e verdade.

O conceito de verdade que Habermas propõe é contrário à concepção da teoria da verdade como correspondência. A verdade se refere, aqui, ao jogo de linguagem da justificação e fundamentação, ou seja, das reivindicações de validação. Contudo, uma proposição pode estar bem fundamentada e depois vir a ser percebida como não sendo verdadeira. Portanto, existe diferença entre “verdade” como uma qualidade inalienável das asserções (que não depende de contexto) e uma aceitação racional das qualidades da declaração (que depende do contexto do sujeito) (Habermas, 2002).

O que queremos concluir, com essa reflexão, é mostrar como o jornalismo é peça fundamental nessa disputa pela verdade consensual e negociada na comunidade de comunicação. Acreditamos que o jornalismo é uma instância essencial das trocas intersubjetivas e utilizaremos o termo cunhado por Flávia Biroli (2017) para denominá-lo um “gestor de consensos”. Assim, enquanto gestor de consensos, o jornalismo é um instrumento de estabilização das expectativas no campo da política e mantenedor da ordem vigente e daquilo que é intersubjetivamente aceito. No caso da nossa pesquisa, nos concentramos principalmente no papel que a atividade jornalística desempenha na defesa da democracia em um contexto de ameaça às instituições democráticas. As manifestações consideradas antidemocráticas e ilegais fazem parte de um contexto de anormalidade e polarização radical que ameaça a estabilidade da democracia e incita o autoritarismo.

Mas como funciona a gestão de consenso pelo jornalismo na política? No jornalismo político, explica Biroli (2017), existe uma acomodação entre as configurações do campo político e a organização do noticiário, levando à reprodução natural das hierarquias próprias dos três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, concentrando as notícias políticas em disputas partidárias, comportamentos, acordos e desacordos no âmbito da política institucional. A política nos noticiários é retratada como o território dos políticos profissionais, constituindo uma “política codificada”, circunscrita aos espaços

hierarquicamente superiores de poder. O jornalismo é, nesse contexto de disputa, um “regulador da pluralidade política e social” (Biroli, 2017, p. 111) e atua definindo, reforçando ou redesenhando os consensos políticos aceitáveis. Assim:

[...] é possível afirmar que o jornalismo exerce um papel de gestor de consensos. Sua centralidade na reprodução e difusão de representações da política advém do fato conhecido de que a maior parte da população tem acesso à política institucional, sobretudo em nível nacional, pelos meios de comunicação. Mas seu lugar é especial em relação aos agentes políticos. E isso não se deve apenas à capacidade de difusão ampla dessas representações – possível para os agentes políticos de diferentes maneiras, que vão da militância convencional a seu alargamento pelo recurso à internet e a outras formas de comunicação com potencialidade de atingir um público amplo e diferenciado. Seu diferencial se deve, também e sobretudo, à sua condição de suposta transcendência em relação às partes em disputa na política (Biroli, 2017, p. 111).

O caráter transcendente do jornalismo na disputa política ao qual se refere a autora nada mais é que a falácia da objetividade. O jornalista, a quem a ideologia positivista da objetividade pretende desautorizar qualquer responsabilidade na disputa política, na verdade, é um personagem central na mediação do jogo retórico para definição da interpretação “verdadeira” da realidade. Dentro do discurso midiático, diversos outros tipos de discurso estão em disputa pelo estabelecimento da verdade consensual. A utilização da terceira pessoa parece garantir ao discurso midiático uma universalidade referencial e certa credibilidade de narração dos fatos, como se o lugar de fala do enunciador não tivesse relação com todo o resto. Adriano Duarte Rodrigues (2002) explica que o discurso midiático possui uma natureza heterogênea e multifacetada, que dificulta a tarefa de delimitação daquilo que pertence ao seu campo discursivo, já que ele se deixa contaminar frequentemente por outras modalidades de discurso.

No caso do fenômeno que analisamos nesta pesquisa, os ataques ao Supremo Tribunal Federal constituem elemento chave para compreender o posicionamento discursivo crítico que o Jornal Nacional assume. O discurso em resposta a esses ataques e em defesa do Estado Democrático de Direito se manifesta tanto por meio da retórica dos membros da suprema corte e do Poder Legislativo, que são as principais fontes utilizadas – e atuam como definidores primários, quanto por meio das estratégias discursivas dos próprios jornalistas.

Acreditamos que em situações de crise democrática, a defesa de uma postura imparcial e neutra diante de ameaças significa se isentar de responsabilidade quanto à defesa da democracia. Enquanto uma instituição pilar para a perpetuação e estabilidade democrática, os meios de comunicação precisam, assim como o fazem o Poder Judiciário, se posicionar e

demonstrar compromisso com o Estado Democrático de Direito. Seguindo esse raciocínio, o jornalismo deve, enquanto forma social de conhecimento, adotar uma postura crítica diante de manifestações de caráter antidemocrático e isso não significa, contudo, deslegitimar seu compromisso com a verdade. Assumir um posicionamento, nesse sentido, é inevitável, mesmo quando se pretende agir em nome de uma pretensa objetividade.

Análise discursiva: entre Fairclough e Authier-Revuz

Tendo em vista que o principal objetivo do trabalho é identificar de que forma os dois telejornais se posicionam discursivamente e constroem a realidade social a partir do simbólico, a Análise do Discurso (AD) foi escolhida como a ferramenta metodológica da pesquisa. Autores como Dominique Maingueneau (2007) salientam como o campo da AD é amplo e permite intercruzamentos entre disciplinas (linguística, psicologia, sociologia e antropologia, por exemplo), além de englobar diversas correntes oriundas de lugares diversos. Escolhemos trabalhar com a Análise Crítica do Discurso ou Teoria Social do Discurso, através do britânico Norman Fairclough, em conjunto com as ferramentas metodológicas de Jacqueline Authier-Revuz para os Estudos do Discurso.

A perspectiva de Fairclough identifica o discurso como uma prática social. Se por um lado ela é reprodutora das ordens sociais, por outro lado pode ser transformadora dessas mesmas ordens. Se o sujeito está propenso ao enquadramento ideológico, também tem a capacidade de resistir e ressignificar a realidade social, o que explica a disputa simbólica pelo estabelecimento da verdade consensual que se dá constantemente nos meios de comunicação social. Com isso, vamos a outro ponto importante: a ACD permite um posicionamento crítico do analista, que não deve se abster de reflexões pessoais e pretender uma objetividade positivista que não é possível na ciência (não se justifica cientificamente de modo consistente). Teun Van Dijk (2010), ao explicar o papel dos analistas críticos do discurso, reforça que o mesmo deve ter consciência do seu papel social e rejeitar a perspectiva de uma ciência "não valorativa", na qual a subjetividade do pesquisador é negada. Portanto:

Em vez de negar ou ignorar essa relação entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, os analistas críticos do discurso defendem que tais relações sejam estudadas e explicadas por si mesmas e que as práticas acadêmicas sejam fundamentadas a partir desse entendimento. A formação, a descrição e a explanação de teorias, também na análise do discurso, são sociopoliticamente "situadas", quer gostemos disso ou não (Dijk, 2010, p. 114).

Um primeiro conceito útil à nossa análise crítica é o de intertextualidade. Esse conceito carrega a ideia de que todo texto está em diálogo com outros textos (ou é composto por textos diversos, oriundos de enunciadores diversos). Segundo Robert Stam (2000), a autora Júlia Kristeva concebeu o termo intertextualidade, na década de 60, com base no conceito de dialogismo em Bakhtin (2006). O dialogismo pressupõe que é permitido observar em qualquer texto ou discurso um diálogo com outros textos e também com o público ao qual se dirigem. O diálogo se estabelece com outros discursos e seus receptores, como uma relação intertextual entre um discurso, outros discursos anteriores e com os espectadores que, assim, já tenham uma noção antecipada de como se realiza uma relação citacional, sendo então determinado um diálogo de gêneros ou de vozes.

O dialogismo em Mikhail Bakhtin, portanto, é estabelecido através do cruzamento de vozes e/ou discursos diversificados e, embora Bakhtin tenha se baseado na literatura, o dialogismo está presente também no cruzamento de meios de comunicação e discursos enunciativos distintos. O termo “dialogismo” pode ser denominado também “polifonia” – um outro termo para conceituar um significado assemelhado e/ou próximo e/ou o mesmo –, sendo caracterizado por um diálogo em que muitas vozes adquirem visibilidade no dialogismo. Esta intertextualidade explícita existe e confere uma identidade específica ao discurso (Bakhtin, 2006).

Polifonia é, portanto, um diálogo entre diversas vozes, não apenas enquanto um elemento de citação estático, mas no sentido de um discurso constituído por duas ou mais vozes que se mostram e interagem em um diálogo intertextual. Um discurso nunca é isolado, nunca é falado por uma única voz. O discurso é discursado por muitas vozes que produzem textos e discursos que existem no tempo e no espaço. Um discurso pode se valer de outro discurso ou de outros discursos para sugerir novas orientações e/ou novos sentidos à uma obra. Um mesmo discurso pode ter duas orientações de interpretações, duas ou mais vozes distintas, criando assim uma pluralidade textual ou discursiva de vozes diferenciadas.

Esse conceito também é utilizado no trabalho da linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz. A autora é influenciada por Bakhtin e seu conceito de dialogismo e polifonia. Com isso, Authier-Revuz (2008) explica em que consiste sua noção de heterogeneidade, a partir de quatro níveis: 1) o nível da metadiscursividade (o discurso que cita se refere a outro discurso; 2) o nível das formas que constituem o discurso do outro e que não possuem a coerência de um subsistema gramatical; 3) o nível da articulação entre valores em língua e efeitos em discurso; 4) o nível da relação entre a heterogeneidade representada (a partir das formas que

representam o discurso outro no decorrer do discurso) e a heterogeneidade constitutiva (a presença, em todo discurso, de uma exterioridade discursiva que o constitui).

Jacqueline Authier-Revuz (1998) explica a complexidade da heterogeneidade representada através das seguintes marcas: distanciamentos, polifonia, utilização de discurso relatado (direto, indireto, indireto livre), aspas, citações, alusões, ironia, estereótipo, pressuposição, palavras “argumentativas”, entre outras noções que constituem quadros teóricos úteis às análises. Essas marcas linguísticas constituem a intertextualidade mostrada, podemos perceber a presença do outro nas frases – ou no discurso.

Na nossa pesquisa, buscamos identificar, portanto, a utilização do discurso indireto – através dos verbos dicendi; a utilização do discurso direto – representado nas sonoras das fontes escolhidas; as contradições presentes no discurso; o discurso indireto livre – que ambiguidade oral, fazendo com que o discurso das fontes seja tomado como o discurso do próprio jornalista; o uso das preposições, substantivos e adjetivos para caracterizar os acontecimentos, além das aspas. Nas conclusões finais, trazemos os resultados obtidos a partir da análise discursiva, empreendida com base nos conceitos aqui explicitados.

Recortes da análise

Discurso indireto e intertextualidade

Neste tópico, foram analisados somente enunciados de âncoras e repórteres – cabeças e offs – que revelam a predominância de um discurso indireto carregado de interpretações. Devemos ressaltar que não houve, em nenhuma reportagem analisada, a introdução de sonoras gravadas com apoiadores do presidente, nem mesmo sonoras com o próprio presidente. Fiorin e Savioli (2007) explicam que, ao escolher o Discurso Indireto (DI), podem-se criar diferentes efeitos de sentido. O primeiro tipo de discurso indireto tem por função analisar o conteúdo daquilo que se diz, eliminando elementos emocionais e afetivos presentes no discurso direto, bem como interrogações, exclamações ou formas interpretativas, criando, assim, um efeito de sentido de objetividade analítica.

O narrador apreende somente o conteúdo daquele discurso e não a forma como ele o diz, mostrando uma certa distância entre sua posição e a posição do personagem e abrindo caminho para a réplica e o comentário. É a forma preferida nos textos de natureza política, quando se expõem as opiniões dos outros com a finalidade de criticá-las, rejeitá-las ou

incorporá-las. O segundo tipo serve para analisar as palavras e o modo de dizer dos outros e não somente o conteúdo de sua comunicação. Nesse caso, algumas palavras ou expressões são realçadas (Fiorin; Savioli, 2007). Conforme aponta Fairclough (2001), com base nos trabalhos de Voloshinov (Bakhtin), quando se relata o discurso, se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro, representa-se não apenas a fala, mas as circunstâncias e o tom no qual as coisas foram ditas. Um dos aspectos que deve ser levado em conta é se o discurso representado engloba estilo e contexto dos enunciados representados. Com isso, existem graus de marcação explícita entre o discurso que representa e o discurso representado e diferentes formas do discurso representado ser traduzido na voz do discurso representador. Bakhtin (2011) afirma que o discurso indireto integra o discurso do outro de forma ativa, sendo sua essência o caráter analítico.

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. Por isso, a transposição literal, palavra por palavra, da enunciação construída segundo um outro esquema só é possível nos casos em que a enunciação direta já se apresenta na origem como uma forma algo analítica – isso, naturalmente, dentro dos limites das possibilidades analíticas do discurso direto. A análise é a alma do discurso indireto (Bakhtin, 2011, p. 163).

Uma das características que estrutura o DI é a exigência do verbo dicendi que mantém uma oração subordinada à oração principal e introduz o conteúdo da fala citada. A escolha desse verbo também impacta na interpretação que o leitor vai ter da citação que vem a seguir.

Trecho 1: [Chamada] [Âncoras] [Cabeça] “O desrespeito à democracia com as cores da nossa bandeira. Em diversas cidades brasileiras, bolsonaristas insuflados pelo presidente da República usam o verde amarelo, mas atacam pilares da constituição. Faixas pedem intervenção militar. A destituição de ministros do Supremo. Em tom golpista, o presidente discursa diante dos manifestantes em Brasília e em São Paulo. Diz que respeita a constituição, mas na mesma frase volta a ameaçar o STF. [Sonora] Ou o chefe desse poder enquadra o seu ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos [Fim de sonora] [Âncoras] Bolsonaro anuncia uma reunião do Conselho da República, que tem por atribuição se pronunciar sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. Mas os chefes dos poderes legislativo e judiciário dizem que não têm conhecimento da reunião. Bolsonaro afirma ainda que não vai mais cumprir decisões do ministro Alexandre de Moraes. E juristas vêem crime de responsabilidade do presidente. [Sonora] O atentado à independência e à harmonia entre os poderes, e o descumprimento de decisões judiciais configuram, em tese, a prática de um crime de responsabilidade pelo presidente da República. [fim de sonora] [Âncoras] O presidente da Câmara Arthur Lira não se pronuncia. O presidente do Senado Rodrigo Pacheco diz que o que deve unir os brasileiros é a defesa do estado democrático de direito. E manifestantes contrários ao governo saem às ruas em defesa da constituição, e pedem vacina, alimentos e emprego” (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos)

Começamos trazendo o trecho 1 para exemplificar, extraído da edição do 7 de setembro de 2021. Nessa data, feriado nacional, marcada por manifestações bolsonaristas em todo o país, o Jornal Nacional dedicou mais da metade do tempo para abordar o tema.

Trecho 2: [Cabeça do âncora] O Brasil assistiu hoje a **uma demonstração de desprezo pela constituição** promovida e **insuflada pelo Presidente da República**. Em diversas cidades, milhares de bolsonaristas participaram de **atos com pautas que afrontam a democracia**, como a intervenção militar 101 e a destituição do ministro do STF. Em Brasília e em São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro discursou, **voltou a atacar** governadores e prefeitos que tomaram medidas de combate à disseminação do coronavírus, **voltou a atacar** integrantes do STF e **voltou a atacar** o sistema eleitoral brasileiro. E, no dia da independência, Bolsonaro elevou a temperatura da **crise institucional que ele mesmo criou e tem alimentado** (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos).

Trecho 3: [Cabeça do âncora] Ao longo do discurso, Bolsonaro **disse que** não quer ruptura nem brigas, **mas, em tom golpista, disse que** amanhã vai convocar o Conselho da República. **Segundo a constituição**, o colegiado é um órgão de aconselhamento do presidente para momentos de crise e pode ser convocado em casos de intervenção federal, estado de defesa e de sítio (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos).

Trecho 4: [Cabeça do âncora] O conselho tem 14 integrantes, a última convocação dele foi em 2018, para discutir a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. **Segundo a constituição**, o conselho é formado pelo vice-presidente da república, o presidente da câmara e do senado, os líderes da maioria e da minoria na câmara e no senado, o ministro da justiça e outros seis integrantes nomeados pelo executivo e pelo legislativo (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos).

Trecho 5: [Cabeça do âncora] Depois da declaração de Bolsonaro, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco e o presidente da Câmara Arthur Lira **disseram que não tinham conhecimento** da reunião do conselho. **A constituição não prevê** que o presidente do STF integre o conselho da República, mas como foi citado por Bolsonaro o ministro Luiz Fux **também informou que** não foi convidado (Edição do 7 de setembro de 2021, grifos nossos).

Vamos observar os exemplos acima. Primeiro, o âncora adjetiva os acontecimentos como uma “demonstração de desprezo pela constituição”, indicando que as manifestações são inconstitucionais. Ao falar sobre o discurso do presidente, o âncora utiliza o verbo “atacar” três vezes, reforçando a disputa entre os poderes e um clima hostil entre Bolsonaro e as instituições democráticas. No fim, ele diz que o presidente é o responsável pela crise institucional do país, após citar todos os ataques que Bolsonaro fez aos governadores, prefeitos, ministros e ao sistema eleitoral brasileiro. A última frase, portanto, descredibiliza as críticas que o presidente faz às instituições, já que elas criam uma instabilidade política no país. Posteriormente, o âncora usa o verbo dicendi “disse que” para introduzir a fala do presidente em que ele afirma não querer rupturas entre os poderes e, logo em seguida, o advérbio “mas” + a expressão “em tom golpista” aponta a contradição no discurso do presidente.

A contradição também é indicada na frase seguinte. Observe como a intertextualidade se manifesta: o âncora recorre à constituição, em “Segundo a constituição”, para mostrar que, quando o presidente fala que vai convocar o Conselho da República, ele quer apenas criar um clima de “agitação”. Depois o âncora traz as declarações do presidente do senado Rodrigo Pacheco e do presidente da Câmara Arthur Lira, através do *verbo dicendi* “disseram que”, falando que ambos não sabiam da reunião do conselho. Novamente, o âncora recorre à constituição para dizer que ela não prevê que o presidente do STF integre o conselho (como foi citado pelo presidente Bolsonaro). As fontes e a Constituição são utilizadas intertextualmente para refutar Bolsonaro e expor as falácias do seu discurso. Tudo isso é dito apenas na chamada das reportagens, mostrando a dimensão que é dada ao assunto.

No dia 8 de setembro, o telejornal continuou abordando o tema, trazendo as reações negativas que as manifestações e o discurso do presidente provocaram na opinião pública e no mercado financeiro. Observe abaixo

Trecho 6: [Âncora 1] O presidente do STF Luiz Fux **reage aos ataques** e ameaças do presidente Jair Bolsonaro. [Âncora 2] **Diz que não se pode** tolerar a propagação de discurso de ódio contra o Supremo e o incentivo de descumprimento de decisões da justiça. [Âncora 1] O procurador geral da república Augusto Aras **ressalta** a importância da separação de Poderes e citando Ulysses Guimarães diz que a constituição não pode ser afrontada. [Âncora 2] O presidente da Câmara Arthur Lira **critica** o radicalismo. [Âncora 1] O presidente do senado Rodrigo Pacheco **diz que** a solução para a crise no país não está no autoritarismo. [Âncora 2] E as declarações de Bolsonaro nas manifestações provocam reações negativas no mercado financeiro (Edição do 8 de setembro de 2021, grifos nossos).

Vamos para exemplos da reportagem de 20 de abril de 2020. Já na chamada, o âncora traz uma nota do Ministro da Defesa sobre a afirmação do presidente de que as forças armadas estariam do seu lado. O âncora usa a junção de substantivo+adjetivo “reações indignadas”, que traz uma carga negativa para o presidente na matéria. Também na chamada o âncora fala da abertura de inquérito solicitada pelo Procurador Geral da República, evidenciando a criminalização das manifestações.

Trecho 7: [Cabeça do âncora] Depois de provocar indignação e receber críticas contundentes por participar de uma manifestação que pedia intervenção militar, o presidente Jair Bolsonaro **negou hoje que esteja conspirando contra os outros poderes da república e disse que** defende a democracia e respeita a constituição (Edição de 20 de abril de 2020, grifos nossos).

Trecho 8: [Off do repórter] Ontem, em frente ao quartel general do exército, uma manifestação pediu intervenção militar, o fechamento do congresso e do Supremo Tribunal Federal e a volta do AI5. **Havia faixas e gritos com esses pedidos que afrontam a constituição e a democracia. O presidente Bolsonaro esteve presente, não os recriminou e ao discursar disse que acreditava nos manifestantes. Apesar de tudo isso,** hoje, ao sair do

Palácio da Alvorada, o presidente disse que a pauta do ato era o povo na rua e volta ao trabalho, referindo-se às medidas de isolamento social em função da pandemia (Edição de 20 de abril de 2020, grifos nossos).

A reportagem já começa com uma carga negativa sendo atribuída ao presidente, registrando a reação e as críticas à participação de Bolsonaro nas manifestações. O âncora começa então trazendo a voz do presidente negando que esteja conspirando contra outros poderes e dizendo que respeita a constituição e a democracia. É utilizado o verbo dicendi “disse que”. Nesse trecho, temos diversas outras vozes dialogando intrinsecamente com a do presidente: a da constituição, a qual foi possivelmente desrespeitada, e a qual ele afirma respeitar, e as vozes daqueles que criticam a atitude do chefe do Executivo. A matéria, de maneira geral, dá a entender que o presidente cria tensão entre os Poderes e instabilidade política no país.

Isso é reforçado em seguida no off do repórter, como percebemos no trecho acima. Primeiro, a repórter traz todas as evidências de que a manifestação é antidemocrática: através de faixas e gritos com pedidos que afrontam a constituição e a democracia. Para trazer essa interpretação, a repórter recorreu àquilo que, na constituição, é ilegal, trazendo mais elementos intertextuais para o trecho. Observe também a utilização do verbo “afrontam”, com carga negativa. Depois, a repórter indica uma contradição na fala do presidente ao utilizar a locução prepositiva “apesar de”. Ela primeiro traz evidências de que o foco das manifestações eram as pautas antidemocráticas e depois traz a fala do presidente, que contraria tudo que foi mostrado, apontando uma falácia e, portanto, indicando que o presidente não fala a verdade.

O fenômeno da ilhota textual

O fenômeno ilhota textual acontece quando o locutor realça algumas expressões e palavras dos locutores de origem, como se houvesse aspas destacando-as. Segundo Authier-Revuz (1998), as aspas são a marca de uma operação metalinguística local de distanciamento: uma suspensão de responsabilidade, que determina uma espécie de “vazio a preencher”, através de uma interpretação, uma glosa que às vezes se explicita, mas permanece frequentemente implícita. O comentário implícito que o distanciamento das aspas requer supõe uma atitude metalinguística de desdobramento do locutor, que se torna juiz e dono das palavras, capaz de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza.

As aspas estão presentes em uma fala sob vigilância, sob controle, uma fala mantida, em um terceiro sentido, como explica Authier-Revuz (1998), “digo essa palavra, mas não

como digo as demais, porque a digo como X diz”. As aspas podem indicar uma polêmica, uma ênfase e reafirmação da maneira como se diz, ou uma hesitação que indica “uma maneira como se pode dizer”. Em todos os casos, à suspensão de responsabilidade corresponde uma glosa implícita, remetendo a um discurso-outro. Os discursos diretos e indiretos pressupõem dois modos de apreensão e de representação da palavra do outro: por um lado, a reificação do enunciado (as palavras do outro tomam o espaço do enunciado), distanciado (não há comprometimento do locutor principal com aquilo que um terceiro diz), “claramente isolado, compacto e inerte” pelo discurso direto; por outro lado, a apropriação analítica flexível (o discurso do outro é traduzido e interpretado pelo locutor), efetuada pelo discurso indireto (Authier-Revuz, 1998).

Devemos ter em mente que, por se tratar de matérias televisivas, os discursos analisados se manifestam de forma oral e as “aspas” do discurso direto não serão vistas em sua forma textual escrita. A linguagem televisiva é composta pela combinação de três códigos: a imagem, a palavra e o som. Esses três elementos se caracterizam como linguagens interdependentes que juntas consolidam a mensagem televisiva. Enquanto a palavra traz informações concretas sobre o contexto apresentado, dados precisos sobre os acontecimentos, a imagem funciona como uma reprodução do mundo concreto. Já a linguagem sonora refere-se à música, aos efeitos sonoros e ao som ambiente que cooperam com a composição do ritmo do texto e com o grau de realismo das informações. Apesar das suas características e funções individuais, é preciso que haja um “casamento” entre as linguagens.

Vamos analisar um trecho da reportagem do dia 15 de junho. No trecho abaixo, a escolha dos verbos reforça o caráter negativo das manifestações, associadas à violência. “Ofender” pressupõe que os manifestantes estão ali para desmoralizar e fazer ataques pessoais, invalidando o caráter democrático do ato. “Pregar” também carrega uma conotação pejorativa, indicando um teor panfletário às reivindicações, reforçando seu caráter partidário. Observe:

Trecho 16: “[Repórter] Grades em volta de todo o prédio do STF. Só passa pela barreira quem é funcionário ou tem hora marcada. Medida de segurança para evitar ataques à corte, como o que ocorreu na noite de sábado, quando um grupo de cerca de 30 apoiadores de Bolsonaro lançou fogos de artifício contra o prédio do STF. A ação durou pelo menos 5 minutos. O grupo ofendeu de forma pesada alguns ministros, inclusive o presidente da Corte, Dias Toffoli. **Em tom de ameaça, perguntavam se os ministros “entenderam o recado” e mandaram que eles “se preparassem”.** Esses apoiadores do presidente **Jair Bolsonaro pregam o fechamento do STF e do Congresso, o que é inconstitucional** (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

A matéria do dia 15 de junho aborda duas manifestações que aconteceram no fim de semana. A primeira, no dia 13 de junho em Brasília, marcada pelo arremesso de fogos de artifício ao Supremo Tribunal Federal pelo grupo de manifestantes. E a segunda, no dia 14 de junho, marcada pela participação do então Ministro da Educação Abraham Weintraub. Já no lead da reportagem, a enunciativa descreve o cenário que caracteriza o prédio da Suprema Corte após o lançamento dos fogos de artifício pelos participantes, que levou à colocação de grades e restrição de circulação no prédio como medida de segurança. Essa descrição revela as medidas que foram tomadas para proteger o local de possíveis novos ataques, como o que ela passa a descrever em seguida, e reforça principalmente o sentimento de insegurança no prédio, que reflete a insegurança da própria instituição – STF – diante das ameaças. O primeiro parágrafo da reportagem destaca, portanto, um cenário de instabilidade democrática, causada pelas vozes dos manifestantes.

É o caso de “entenderam o recado” e “se preparassem”, que se misturam ao discurso da locutora, mas são, na verdade, as palavras exatas que os manifestantes falaram, destacadas pela entonação. Observemos, também, a última frase “Esses apoiadores do presidente Jair Bolsonaro”. Ela marca uma distância do sujeito enunciativo – a jornalista – e o sujeito discursivo ao qual ela vinha se referindo – os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, ao dizer “o que é inconstitucional”, no final da frase, ela marca uma posição distinta e contrária àquelas dos manifestantes, como se indicasse – por meio de um conhecimento exterior – o que é legal e o que é ilegal, separando, portanto, o que é aceitável do que não é.

Vejamos outro exemplo da reportagem de 4 de maio de 2020:

Trecho 17: [Repórter] Apoiadores de Bolsonaro agrediram jornalistas que cobriam a manifestação, fizeram ameaças, xingaram, deram chutes. A polícia teve de socorrer os profissionais de imprensa. “Inconstitucional, antidemocrático e intolerável”, assim reagiram imediatamente representantes do Judiciário, do Legislativo, da sociedade civil, e até de dentro do próprio governo (4 de maio de 2020, grifos nossos).

Na edição do 7 de setembro de 2021, o discurso de Bolsonaro é intercalado com comentários dos âncoras que utilizam o discurso indireto para interpretar e analisar o discurso direto do presidente, fazendo “glosas”, conforme já explicamos através Authier-Revuz (1998), e trazendo outros discursos que dialogam e refutam as falas do presidente.

Trecho 18: “[Âncora] Em cima de um trio elétrico, Bolsonaro fez um discurso inflamado, repleto de declarações antidemocráticas e, apesar de dizer que respeita a Constituição, fez ameaças ao Supremo. Ele não citou nomes, mas disse que o país não pode aceitar o que chamou de “prisões políticas”. O ministro do STF Alexandre de Moraes é o responsável pelos

inquéritos sobre fake news e atos antidemocráticos que investigam o próprio presidente. No discurso, Bolsonaro também disse que haverá consequências, mas não disse quais seriam. [Sonora] “Ou o chefe desse poder enquadra o seu ou esse poder pode sofrer aquilo que nós não queremos. Porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada poder da República. Nós todos aqui, na Praça dos Três Poderes, juramos respeitar a nossa Constituição” [Fim da sonora]. Ao longo do discurso, Bolsonaro disse que não quer ruptura, nem brigas, mas em tom golpista, disse que amanhã vai convocar o Conselho da República (Reportagem do dia 7 de setembro de 2021, grifos nossos).

No trecho acima, o âncora William Bonner utiliza a palavra “inflamado” para classificar o tom da fala do presidente. Neste caso, a metáfora serve para reforçar o caráter extremado, “apaixonado” e “irracional” daquilo que foi dito, levando ao entendimento de que o presidente não fala coisas verdadeiras, mas aquilo que agrada aos eleitores ali presentes. Outras metáforas do mesmo tipo foram utilizadas no decorrer da edição. As metáforas estão em todos os tipos de linguagem e discurso e não são apenas adornos estilísticos superficiais, mas contribuem com a construção da realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam, portanto, o modo como pensamento e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001). O uso do discurso indireto pelo âncora revela, ainda, a utilização de ilhotas textuais. Quando ele fala, por exemplo, “Ele não citou nomes, mas disse que o país não pode aceitar o que chamou de ‘prisões políticas’”. A expressão o que chamou de, que antecede o substantivo+adjetivo ‘prisões políticas’, indica que a última expressão está em suspenso, como se separasse as palavras originais do discurso do locutor, que parece afirmar “ele utilizou estas palavras exatamente”. Depois, fica claro que as ‘prisões políticas’ são uma referência às prisões realizadas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, um grande adversário do presidente.

Nesse caso, a utilização da ilhota se dá em um contexto de questionamento ofensivo do caráter apropriado da palavra utilizada. Authier-Revuz (1998) explica que é como se o locutor fosse obrigado a falar com as palavras que são impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras. ‘O que chamou de’ indica que o locutor não compactua com a opinião de que são de fato prisões políticas. As “aspas” dizem, portanto, que “X” é apenas um “pseudo-X”, ou que “X” é inapropriado. Ao continuar dizendo que Alexandre de Moraes é o responsável por inquéritos que investigam o próprio presidente, o locutor parece enfatizar que, ao utilizar o termo “prisões políticas”, o presidente está fazendo uma acusação pessoal, se defendendo de algo que o atinge. Suas colocações, portanto, não são verídicas, mas politicamente falsas.

DD e o efeito da modalização discursiva

De acordo com Fiorin e Savioli (2007), a utilização de aspas, em discurso direto, seja em sua forma escrita ou oral, cria um efeito de verdade e autenticidade, dando a impressão de que foi preservada a integridade do discurso citado. Mantendo a mesma entonação, pode significar que o locutor pretende conservar a mesma carga subjetiva do personagem (Fiorin; Savioli, 2007). Algumas palavras também criam esse efeito no discurso, e podemos percebê-las num fenômeno chamado modalização discursiva, cujo aporte teórico também nos é oferecido por Fairclough (2003). O autor explica, a partir de estudos de Hodge e Kress (1988), que a modalidade está relacionada à afinidade do produtor de um enunciado com o próprio enunciado, gerando graus de comprometimento através da utilização de certas expressões em algumas proposições.

Aqui nos interessa particularmente a modalização epistêmica – relacionada ao saber, às crenças, expressando um julgamento pessoal (uma certeza, uma dúvida, uma possibilidade ou probabilidade) e a deôntica – relacionada às condutas, valores e obrigações morais (necessidade, obrigatoriedade, permissão), que em Fairclough (2003) aparece como modalidade subjetiva e objetiva. Na modalidade subjetiva, o sujeito faz aparecer sua posição pessoal, enquanto na objetiva a proposição na terceira pessoa gera um efeito de universalização da proposição. No primeiro caso, é claro o grau de afinidade do falante com a proposição, e no segundo caso não é apresentado claramente qual ponto de vista está sendo representado, dando uma sensação de universalidade, ou levando o sujeito a ser veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo. O uso da modalidade objetiva implica frequentemente, portanto, alguma forma de poder.

No caso das modalizações deônticas, podem ser utilizadas expressões lexicalizadas do tipo é mais algum adjetivo (é ou não necessário, é ou não obrigatório, é ou não permitido ou é ou não desejável), verbos auxiliares modais (que indicam desejo, dever, obrigação moral, permissão e possibilidade – querer, dever, poder, conseguir, pretender, ter de, haver de); e construções com infinitivo (ter de, necessitar mais infinitivo, dever mais infinitivo, poder mais infinitivo, precisar mais infinitivo). Além disso, Fairclough (2003) explica que existem outras formas de manifestação dos graus de afinidade, como expressões que indicam indeterminações (uma espécie de, um pouco, uma coisa assim, e também padrões de entonação, por exemplo).

A modalidade é, portanto, um ponto de intersecção no discurso entre a significação da realidade e a representação das relações sociais. Importante frisar que, partindo da perspectiva

crítica da análise discursiva, a modalidade das proposições pode ser contestada e está aberta à luta e à transformação, principalmente no campo midiático. Fairclough (2003) ressalta como esse tipo de estratégia enunciativa é bastante difundido nos discursos midiáticos, que geralmente tratam de “fatos”, de “verdades” e questões de conhecimento. Sendo assim, é comum o discurso jornalístico apresentar como “fatos” o que são interpretações de eventos complexos e confusos. Dito isto, pode-se afirmar que:

Em termos de modalidade, isso envolve uma predileção por modalidades categóricas, asserções positivas e negativas, como ilustra o exemplo no último parágrafo, e, portanto, pouco uso de elementos modalizantes (verbos modais, advérbios, adjetivos, indeterminações, e assim por diante). Trata-se também de uma predileção por modalidades objetivas que permitem que perspectivas parciais sejam universalizadas (Fairclough, 2003, p. 201-202).

Tendo em vista essa “limitação” própria do discurso jornalístico, a escolha das fontes numa reportagem é estratégica, já que a relevância que a mídia dá à interpretação de alguns atores sociais pode refletir sua própria posição ideológica. No JN, o discurso político de autoridades públicas, principalmente pertencentes a instituições e setores que se colocam como oposição ao governo, reforça a posição da emissora contrária ao governo Bolsonaro. Percebemos que esses fragmentos de fala são representados no texto principalmente pelo uso discurso direto. A introdução da fala direta pode ter funções específicas, como estabelecer uma distância entre a própria voz do enunciador e as vozes externas, ou usar a autoridade do outro para sustentar a própria posição. A contextualização do discurso-representado pode tomar várias formas, seja para reforçar o tom do discurso representado ou ressaltar a importância dele e o prestígio daquele discurso (Fairclough, 2003).

1) Utilização de expressões lexicalizadas (é – ou não – necessário, permitido, obrigatório, desejável)

A reportagem do dia 20 de abril de 2020 tem como assunto principal a reação de autoridades públicas à participação do presidente Bolsonaro em uma dessas manifestações. A repórter introduz – com uma passagem, após mostrar imagens das faixas com pedidos inconstitucionais e do presidente participando do ato, além de sonoras do presidente se defendendo de acusações de conspiração – a reação de políticos, da sociedade civil e do judiciário à atitude do presidente, mas também às manifestações. Nas falas, identificamos o uso de diversas expressões lexicalizadas, como no exemplo a seguir.

Trecho 23: Não é possível admitir qualquer outra solução que não seja dentro da institucionalidade do Estado Democrático de Direito, da democracia e desses objetivos que estão insertos no artigo terceiro da nossa Constituição, expresso por seis entidades que têm no DNA o conhecimento do quão nefasto é o autoritarismo, do quão nefasto são os fundamentalismos, do quão nefastos são os ataques à constituição e à democracia (Sonora Dias Toffoli) (Reportagem 20 de abril de 2020, grifos nossos).

A expressão “não é possível” universaliza uma concepção do que é aceitável dentro de um Estado Democrático de Direito. A expressão se relaciona, portanto, às ideias de possibilidade (e não possibilidade) e permissão (e não permissão). Portanto, qualquer reivindicação ou solução que não estejam previstas na constituição são inadmissíveis e, assim, devem ser rechaçadas. Ainda há a utilização do adjetivo nefasto, que denota algo trágico ou nocivo, acompanhado do advérbio quão, que indica um grau alto de intensidade. Nesse trecho, fica claro que as manifestações são taxadas como atos autoritários, fundamentalistas e inconstitucionais.

Existe, portanto, uma recorrência a valores consensualmente compartilhados por uma comunidade, que geram um sentimento de identidade sobre o que é uma sociedade democrática. Retomamos aqui o pensamento de Charaudeau (2011), ao afirmar que no discurso é possível identificar traços discursivos deixados pelos fatos políticos (atos e decisões de autoridades), pelos fatos sociais (organização das relações sociais), pelos fatos jurídicos (organização das leis que regem as condutas dos indivíduos que vivem em sociedade) e pelos fatos morais e psíquicos (práticas que manifestam sistemas de valores) de uma determinada sociedade. No discurso acima, percebemos como esses fatos se relacionam, ao envolver posicionamentos de autoridades políticas, uma determinada forma de conceber as relações sociais entre os cidadãos, o respaldo em leis que estipulam o que é ou não permitido e um sistema de valores morais compartilhados (neste caso, valores democráticos, que não se confundem com autoritarismo).

Vamos ver outros exemplos:

Trecho 24: Críticas todos nós respeitamos, mas ataques e ameaças **são inaceitáveis**. As instituições precisam ser respeitadas e as suas decisões também. Minha total solidariedade ao Supremo Tribunal Federal, com a certeza que o parlamento brasileiro respeita e sempre respeitará as decisões do supremo tribunal federal (Sonora Rodrigo Maia) (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Na reportagem de 16 de junho de 2020, a repórter utiliza trechos da sessão realizada pela segunda turma do STF, cujo tema era o avanço de pautas antidemocráticas no país. A sessão aconteceu após a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia entrar com uma

ação pelo bloqueio de discursos de ódio e declarações antidemocráticas nas redes sociais e pela reivindicação de que as manifestações de rua com esse tipo de declaração fossem consideradas ilegais. O discurso, portanto, foi transportado integralmente de um contexto restrito de veiculação – uma sessão da suprema corte, onde a enunciação é feita de juízes para juízes – para um contexto midiático. No trecho abaixo, o ministro utiliza a expressão “é inconcebível”, semelhante à “é inadmissível” para se referir a um autoritarismo que ainda sobrevive no Estado brasileiro. Apesar de ser um “resíduo”, conforme ele se refere, ainda “é preciso resistir”, dando a entender que existe uma ameaça real com o avanço de movimentos antidemocráticos. A palavra “resistir” faz referência, também, a um estado de luta ideológica na qual se encontra o país.

Trecho 25: É inconcebível, senhora presidente, senhores ministros, senhores advogados, que ainda sobreviva no íntimo do Aparelho de Estado brasileiro, o resíduo de foz autoritarismo que insiste em proclamar e poderá desrespeitar, segundo sua própria vontade arbitrária, decisões judiciais. Esse discurso, senhora presidente e senhores ministros, não é um discurso próprio de um estadista, comprometido com o respeito à ordem democrática e que se submete ao império da Constituição e das leis da República. É essencial lembrar a cada momento, senhora presidente, as lições da história, cuja advertência é implacável, como assinalava o saudoso ministro Aliomar Baleeiro: “Enquanto houver cidadãos dispostos a submeter-se ao arbítrio sempre haverá vocação de ditadores”. **É preciso resistir**. Mas resistir, senhora presidente e ministros, com as armas legítimas da Constituição e das leis do estado brasileiro. De reconhecer, na independência da Suprema Corte, como salientava também o eminente saudoso ministro Aliomar Baleeiro, a sentinela das liberdades, porque sem juízes independentes jamais haverá cidadãos vivos nesse país (Sonora Celso de Melo, ministro do STF) (Reportagem 16 de junho de 2020, grifos nossos).

Trecho 26: Não é possível que chegando a 30 mil mortes, caminhando pra uma recessão histórica no brasil, a gente passe o domingo, ao invés de estar discutindo como a gente vai salvar as vidas, como a gente vai ao longo dos próximos meses sair do isolamento para que a gente possa retomar a democracia, a gente fique vendo cenas de enfrentamento e de ataques a democracia no Brasil (Sonora Rodrigo Maia) (Reportagem 1 de junho de 2020, grifos nossos).

Em todos esses excertos acima, extraídos de reportagens veiculadas em dias diferentes, são endossadas ideias semelhantes.

2) **Utilização de verbos deônticos** (querer, dever, poder, conseguir, pretender, ter de, haver de)

Trecho 27: Ontem era contra o STF. Muito ruim o que a gente viu ontem com a participação do presidente. **Sem dúvida nenhuma, nós devemos criticar** e condenar uma atitude como essa. Depois vai andar a cavalo. Acho que o Ministro da Defesa, com todo respeito e admiração, andar no helicóptero com o presidente da República para olhar uma manifestação

contra o Supremo Tribunal Federal não é uma sinalização positiva [...]. (Sonora Rodrigo Maia) (Reportagem 1 de junho de 2020, grifos nossos)

No primeiro trecho, vemos a posição do então presidente da Câmara Rodrigo Maia, que insufla as pessoas a tecer críticas à atitude do presidente e dos manifestantes. A modalização está no advérbio “sem dúvida nenhuma”, que pressupõe um alto grau de comprometimento da sua afirmação com a verdade consensual, e, posteriormente o verbo na primeira pessoa do plural “nós devemos”, que invoca um dever coletivo de discordar de posturas e posicionamentos contrários à democracia. Nessas ocorrências em que são utilizadas a primeira pessoa do plural, trata-se de uma estratégia que confere ao falante um maior descomprometimento com a qualificação deôntica, na medida em que a ordem ou a obrigação instaurada é dividida entre os interlocutores.

Trecho 28: [Off do repórter] O líder da oposição na câmara afirmou que as ameaças têm que ser **combatidas com veemência**: [Sonora André Figueiredo - PDT] “**Não devemos** nunca confundir atos de militância com **atos criminosos**, portanto, cabe a cada um de nós que verdadeiramente defende a democracia, repudiar e combater com toda **veemência** ataques como esse, porque o silêncio pode caracterizar **conivência**” [fim da sonora] (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Trecho 29: O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil repudiou a agressão sofrida pelo STF: [Sonora Eduardo Brandão] “**Não há democracia sem um judiciário forte e independente**. Atitudes como essa demonstram intolerância com a liberdade judicial. E mesmo vindas de uma minoria inconsequente, devem ser apuradas e punidas de uma forma exemplar [fim de sonora] (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Trecho 30: [Sonora Fábio George Cruz de Nóbrega, presidente da Associação de Procuradores] Há vários crimes envolvidos, **crime contra a honra, crimes de ameaça, possivelmente crimes contra a segurança nacional. É importante que** a apuração se dê muito rapidamente, com rigor. Isso é um atentado contra o Estado Democrático de Direito, contra um dos poderes fundamentais da república, e **deve ser repellido** por todas as entidades e todas as pessoas do nosso país [fim de sonora] (Reportagem 15 de junho de 2020, grifos nossos).

Nesses outros trechos acima, vemos como a modalização contribui com a criminalização das manifestações, como vimos acima, quando o repórter escolhe ressaltar, em discurso indireto, as palavras “combatidas” e “veemência”, no trecho 26, que estão diretamente relacionadas à obrigatoriedade da expressão “têm de ser” e aparecem no discurso direto da sonora que vem a seguir. “Não devemos” é uma asserção negativa que introduz a ideia de que existe uma obrigação coletiva, a qual todos devem assumir, de combater um mal – os “atos criminosos”, expressão utilizada para se referir às manifestações. E uma postura de isenção é caracterizada, nesse enunciado, como uma “conivência”. Já no trecho 27, tem-se

uma asserção negativa utilizando o presente do indicativo em “Não há democracia sem um judiciário forte e independente”, refletindo um alto grau de comprometimento do enunciador com a verdade. O verbo em negativa “não há”, ao invés de “não pode haver” ou “não haveria”, demonstra que não resta dúvidas de que um judiciário forte é pré-requisito em um governo democrático.

O uso do presente torna o enunciado mais forte ou, até mesmo, mais categórico, sem nenhum tipo de atenuação da modalidade qualificada. O emprego do futuro do pretérito, ao contrário do presente do indicativo, confere uma maior atenuação da expressão deôntica. Também se utiliza o verbo “dever”, em referência a “atitudes como essa” – como a das manifestações, revelando a criminalização das mesmas, que devem ser “apuradas” e “punidas”. No trecho 28, temos a utilização do “deve ser”, que se refere a um determinado tipo de alvo, que pode ser um participante ou um evento (Hengeveld, 2004).

Os verbos deônticos se caracterizam semanticamente por apresentar uma fonte da obrigação/permissão instaurada e um alvo sobre quem deve incidir a qualificação deôntica. A fonte da obrigação/permissão pode ser um agente humano ou um valor moral. Nesse caso, o evento é “atentado contra o Estado de Direito Democrático”, ao qual é direcionada a necessidade de repulsa por entidades e cidadãos do país. A modalização discursiva, através do discurso direto, é utilizada no JN como maneira de encarregar as fontes da tarefa de atribuir valor aos acontecimentos. Se tratando de um discurso político, essas expressões ajudam a fixar o imaginário da sociedade, estipulando o que é permitido, o que não é, o que é bom, ruim, aceitável ou não aceitável, o que é justo ou injusto, o que deve ser feito e o que é possível ser feito. Essas sonoras nas reportagens do JN atestam que o posicionamento do telejornal também é reforçado por meio das fontes.

Considerações finais

Conforme apontou Mauro Porto (2020), o comportamento da mídia televisiva brasileira nas eleições presidenciais de 2018 foi reflexo da crise de hegemonia vivida pela TV Globo, principalmente com a ascensão da TV Record e com a consolidação de uma aliança entre a classe média urbana, o candidato outsider Jair Bolsonaro e a extrema direita, igrejas evangélicas e instituições militares e judiciárias. Constituiu-se, a partir desse período, um novo paralelismo político entre Rede Record e esses grupos, que se voltam contra o

establishment: os partidos de centro-direita, cuja hegemonia tinha sido consolidada com o apoio da Rede Globo.

Portanto, o posicionamento editorial da Rede Globo em relação ao governo Bolsonaro deve ser analisado à luz de fatores contextuais sociais, culturais e políticos mais amplos, como a sua perda de hegemonia estimulada pelo discurso da extrema-direita. O presidente Jair Bolsonaro faz fortes críticas nas suas redes sociais à Rede Globo, além de já ter ameaçado publicamente não renovar a concessão da emissora, diminuiu a verba da emissora, como também vimos, e, além disso, estimulou agressões aos seus jornalistas. Estamos diante, portanto, de um cenário de disputa simbólica entre a extrema direita/bolsonaristas e a TV Globo, que culmina em uma mudança de posicionamento da emissora no seu principal telejornal.

Identificamos que o Jornal Nacional, no caso das manifestações antidemocráticas, contribuiu discursivamente com a desmoralização do presidente por participar dessas manifestações, além de ter utilizado diversas vozes para endossar o posicionamento de que essas manifestações são antidemocráticas (deslegitimando e criminalizando os atos). O discurso direto foi utilizado, por meio de sonoras, para reforçar o discurso do poder Judiciário e Legislativo contra a postura do presidente ao incentivar os atos antidemocráticos e para defender o Estado Democrático de Direito e a harmonia entre os três poderes. Esses discursos são carregados de verbos modais e expressões lexicalizadas, que indicam obrigatoriedades, deveres, necessidades, permissividades e não permissividades dentro de uma democracia.

São discursos que remetem a uma normatividade e, portanto, àqueles valores que são defendidos consensualmente num sistema democrático. O discurso indireto, por outro lado, foi utilizado cheio de adjetivações e verbos que ressaltam o teor violento das manifestações. O Jornal Nacional adotou, portanto, uma postura de posicionamento explícito contra essas manifestações e acreditamos que essa é a tarefa do jornalismo: a de defender a democracia, ameaçada por grupos de extrema direita que questionam a legitimidade das instituições.

No entanto, devemos enxergar esse posicionamento dentro de um contexto de ameaça à legitimidade da própria TV Globo, estimulada pelo bolsonarismo. A postura da Rede Globo foi um mero exercício do jornalismo democrático e engajado, como uma tomada de consciência por parte da empresa, ou uma defesa da sua própria legitimidade? Acreditamos que um pouco das duas opções. Tendo em vista o histórico de apoio a tramas golpistas da emissora, não podemos acreditar que não exista interesses particulares na postura adotada pela empresa. Vimos como o bolsonarismo se constituiu em cima de um discurso anti-Globo e isso levou a perdas expressivas na emissora – tanto de verba, quanto de audiência e credibilidade.

Desde então o Jornal Nacional passou a adotar posturas de confronto com as decisões autoritárias e de afronta ao Estado de Direito do governo.

A parcialidade não é um mal do jornalismo, como afirmam os que acreditam no jornalismo objetivista. Ao contrário, ela é inevitável dentro da perspectiva construtivista da comunicação. No entanto, o oposto ideal de uma insidiosa objetividade não seria a parcialidade irresponsável e tendenciosa, mas a intersubjetividade comunicativa. Somente por meio de um jornalismo crítico a democracia pode sobreviver e resistir a ataques como os que assistimos no governo Bolsonaro. O jornalista deve ajudar a fortalecer as instituições democráticas, como forma de resguardar sua própria legitimidade enquanto instrumento emancipatório. A isenção no jornalismo pode significar, portanto, conivência com movimentos que querem retroceder com os avanços sociais. Somente com essa percepção, poderemos avançar.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. **Cad. Est. Ling.**, Campinas: jul.-dez, 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. **Calidoscópio**, Vale do Rio dos Sinos, v. 6, n. 2, p. 107-119, maio-ago. 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa**: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: Textual Analysis for Social Research. Londres: Routledge, 2003. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203697078>

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MORTENSEN, CD. **Teoria da comunicação**: textos básicos. São Paulo: Mosaico, 1980.

PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. **Psicogênese e História das Ciências**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Habermas e a teoria do jornalismo: a manipulação ideológica como distorção sistemática da comunicação. **Revista Contracampo**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, n. 23, p. 1-18, 2008. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i16.395>

ROCHA, Heitor Costa Lima da. O Papel do Jornalismo no Processo Democrático: a ética do discurso como essência da democracia deliberativa. **Estudos em Comunicação**, n. 9, 143-160, maio 2011.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 8. n. 1, jan.-jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2010v8n1p276>

ROCHA, Heitor Costa Lima da. A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. **Âncora Revista Latino-americana de Jornalismo**, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFPB, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-375x.2021v8n2.60820>

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** – volume 1 – porque as notícias são como são. Santa Catarina: Editora Insular, 2004.

Recebido em: 5 de fevereiro de 2025

Aceito em: 8 de julho de 2025